

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : 5T

CLASS. : 44

DATA : 21 10 88

PG. : _ [7

JORNAL DA TARDE --- 17

Amazônia: mais quatro países na proteção.

O Tratado de Cooperação Amazônica, firmado há oito anos entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela, para buscar pontos comuns de desenvolvimento na região, caminha para encampar o novo comportamento do governo Sarney em relação ao meio ambiente. Na III Reunião de Chanceleres, que se realizará em março de 89 em Quito, no Equador, o Brasil apresentará a proposta de criação da Comissão de Meio Ambiente do tratado.

"Sempre faltou ao País vontade política para implantar uma política ambiental", comentou uma fonte do Ministério das Relações Exteriores. Concordam os embaixadores dos países do tratado, que ontem, no Seminário em Defesa do Homem e da Natureza na Amazônia, na Universidade de Brasília (UnB), deixaram claro que as políticas ambientais de seus governos são semelhantes à do Brasil.

Desde 1980, o Tratado de Cooperação Amazônica realizou esparsos seminários sobre temas ecológicos. Mas o principal alvo sempre foi a área de Ciência e Tecnologia. Tanto que a Comissão de Ciência e Tecnologia foi a primeira a ser criada e, mais recentemente, a Comissão de Saúde. "Agora temos o respaldo do governo para tornar efetiva a preocupação com o meio ambiente", explicou a fonte do Itamaraty, referindo-se ao Programa Nossa Natureza, lançado na semana passada.

Atualmente, com verbas da Unesco, Pinud (Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento), OEA e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o tratado vem fazendo o balanço dos recursos hídricos da Amazônia. Mas, como admitiu o funcionário do Itamaraty, "já poderíamos ter feito muito mais pelo meio ambiente". E exemplificou essa omissão com o caso da Royal Society, entidade britânica de pesquisa científica. No ano passado, o governo brasileiro autorizou que a instituição realizasse um levantamento botânico no território de Roraima. "Quando o trabalho foi concluído é que descobrimos que o resultado destas pesquisas não interessava às instituições brasileiras", revelou a fonte.